



PROPOSTA DE PROJETO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

Especialização em Auditoria Financeira

Curso oferecido por turma fechada ao Governo do Estado de Goiás

2025



SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO	3
2.	JUSTIFICATIVA.....	3
3.	OBJETIVOS.....	5
4.	PÚBLICO ALVO E SELEÇÃO	6
5.	DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	6
6.	CORPO DOCENTE	11



1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso: Especialização em Auditoria Financeira

Oferecimento estimado: Setembro/25 – Fevereiro/27, contemplando 6 (seis) meses para entregue TCC

Natureza: Pós-Graduação *Lato Sensu*

Modalidade: EAD

Carga Horária: 420 horas, acrescidas de 6 (seis) meses para a elaboração do TCC.

Instituição promotora: Universidade de Brasília – UnB (CNPJ: 00.038.174/0001-43)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA

Orçamento estimado do contrato:

Custo Por Aluno	Quantidade	Total do Curso
R\$ 18.750,00	45	R\$ 843.750,00

2. JUSTIFICATIVA

Os Tribunais de Contas e as instâncias de controle interno exercem o importante papel constitucional de avaliar a boa gestão dos recursos públicos, tendo, assim, a missão de verificar se a gestão pública atua com regularidade, eficiência e eficácia, diante do contexto em que ela está inserida.

Um dos instrumentos para o desempenho da fiscalização governamental prevista nos arts. 70 e 71, IV, pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) para cumprir tal atribuição é a auditoria, seja ela de natureza contábil, financeira, orçamentária, financeira, operacional ou patrimonial. O curso de especialização em auditoria financeira adota a expressão “financeira” em sentido amplo, abrangendo os aspectos contábeis, orçamentários, patrimoniais e financeiros (em sentido estrito: tesouraria, transações monetárias).

Assim, a auditoria financeira tem alto potencial para as instâncias de controle interno e externo da gestão e contabilidade financeira, orçamentária e patrimonial. Os resultados e as conclusões desse tipo de auditoria contribuem significativamente para o cumprimento de competências específicas estabelecidas na CF/88, em especial para a emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos gestores do poder executivo (art. 71, I) e para os julgamentos de contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos (art. 71, II). Além disso, a auditoria financeira pode ser utilizada em outros casos, por iniciativa das instâncias de controle interno, pelos Tribunais de Contas, ou a pedido do poder legislativo, de comissão técnica ou de inquérito (art. 71, IV).



As demonstrações contábeis retratam o resultado final da gestão financeira. A partir da trilha de auditoria, o auditor refaz o caminho percorrido pelos gestores, analisando registros contábeis, documentação de suporte, controles internos e as transações orçamentárias, financeiras e/ou patrimoniais. Esse processo tem como resultado uma opinião de auditoria sobre a credibilidade das informações constantes em demonstrações contábeis e, em alguns casos, também em relatórios orçamentários e fiscais.

Desse modo, a auditoria financeira realizada pelas instâncias de controle tem afunção social de aumentar a credibilidade das finanças públicas. Segundo boas práticas estabelecidas por organismos internacionais, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o exercício dessa função é requisito para a transparência orçamentária e fiscal.

A auditoria financeira é a técnica internacionalmente adotada para analisar de forma abrangente e sistemática a gestão financeira e seus registros contábeis, por meio da auditoria de diversos ciclos de transações e saldos constantes nas demonstrações financeiras, tais como: caixa, créditos, bens móveis e imóveis, investimentos, restos a pagar, dívidas, receitas, despesas, variações patrimoniais e outros.

Ademais, a formação em auditoria financeira de servidores do ESTADO DE GOIÁS visa a fornecer aos seus servidores conhecimentos e habilidades que lhes permitam formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas com nível razoável de segurança.

Note-se que a capacitação ocorre em um período de adaptação às normas internacionais de auditoria produzidas pela IFAC (International Federation of Accountants) e às ISSAI - (Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores), expedidas pela INTOSAI (International Organisation of the Supreme Audit Institutions), especialmente a ISSAI 200 – Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira.

Assim, o curso fornece subsídios intelectuais significativos para que Auditores de Tribunais de Contas, Auditores e Controladores Internos de instituições parceiras tenham condições de adotar procedimentos e métodos de planejamento e execução, bem como modelos de relatório de auditoria, com alto nível de aderência a tais normas internacionais, recomendadas pela Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas).

Se, no aspecto profissional, a redução da lacuna entre as competências existentes e as exigidas para a realização de auditorias financeiras aderentes a normas internacionais fornece segurança ao auditor, em termos institucionais; a profissionalização desses

servidores aumenta tanto a segurança quanto a credibilidade dos Tribunais de Contas e das instituições parceiras, seja quanto à emissão de opinativo sobre as demonstrações financeiras em análise, seja pelas ações preventivas e corretivas exercidas pelos controles,

internos.

A pós-graduação em auditoria financeira é uma das principais frentes de desenvolvimento profissional de auditores que atuam na certificação da credibilidade das demonstrações financeiras que integram as prestações de contas.

O programa inclui disciplinas que representam um conjunto bastante abrangente de competências profissionais a serem desenvolvidas, buscando garantir que ao final o auditor tenha plena compreensão do papel da auditoria financeira no setor público, como ela deve ser realizada e quais os requisitos profissionais que fornecem qualidade ao trabalho de auditoria.

Além de buscar atualizar os auditores nas novas normas de contabilidade, de orçamento, de gestão fiscal e de auditoria vigentes, o programa está baseado em padrões melhores práticas nacionais e internacionais. Para isso, constam no corpo docente professores com densa formação acadêmica e ampla experiência profissional, de modo a somar a teoria e a prática na formação de competências profissionais transformadoras.

Por outro lado, do ponto de vista do controle interno, a sociedade atual requer do gestor público informações sobre quais foram os resultados da sua gestão e como foram aplicados os recursos a ele confiados.

Essa conjugação de esforços entre as instâncias de controle interno e externo asseguram razoável grau de confiança quanto às informações constantes das demonstrações financeiras dos entes públicos, fortalecendo a relação de accountability, em favor da sociedade.

3. OBJETIVOS

Objetivos Gerais

Formar servidores e desenvolver a geração, a aplicação e a disseminação de conhecimentos e competências relacionados à Auditoria Financeira.

Objetivos Específicos

a) Compreender o papel da auditoria financeira no setor público, em especial sua relação com os processos de contas, a auditoria de conformidade e as investigações de fraudes;

b) Conhecer os padrões técnicos e profissionais que regem a atividade do auditor, exigindo um alto padrão de qualidade como garantia da credibilidade do trabalho e da reputação profissional;

c) Executar as etapas do processo de auditoria de demonstrações financeiras em uma abordagem baseada em riscos e de acordo com os padrões profissionais previsto nas normas da Intosai e no Manual de Auditoria Financeira;

d) Avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial de um órgão/entidade;

pública;

e) Executar procedimentos de auditoria, incluindo a análise de dados, para a obtenção de evidências de auditoria;

f) Elaborar relatório de auditoria de acordo com os novos padrões internacionais; e

g) Desenvolver pesquisas científicas e propor inovações organizacionais e metodológicas.

4. PÚBLICO ALVO E SELEÇÃO

O público-alvo do curso são servidores do ESTADO DE GOIÁS e de outras instituições parceiras que tenham interesse em obter conhecimentos avançados sobre contabilidade, gestão e auditoria relativos à área financeira no setor público. Espera-se que os egressos desenvolvam habilidades e conhecimentos necessários à realização de auditorias tanto em demonstrações financeiras e em relatórios orçamentários e fiscais, quanto em itens específicos desses documentos.

O processo seletivo para o curso será realizado conjuntamente entre o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UnB - CCA e o ESTADO DE GOIÁS e outras instituições parceiras, em conformidade com as regras estabelecidas pela UnB, que podem prever: **a) Curriculum Vitae do Candidato**, para análise de indicativo de perfil pela instituição parceira: setor de atuação, experiências profissionais e acadêmicas, formação, dentre outros aspectos considerados relevantes pela instituição parceira; **b) Carta de Manifestação de Interesse**, subscrita pelo candidato e pelo seu chefe imediato, para verificação de disponibilidade de tempo e aderência da abordagem do TCC com os interesses da instituição parceira.

5. DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Auditoria Financeira deverá ter duração total de 420 horas, distribuídas em quatro módulos, acrescido de um semestre para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, na modalidade à distância.

Os professores para cada disciplina serão definidos em conjunto com a instituição de ensino, observada a proporção necessária entre integrantes e não integrantes do corpo docente da instituição, bem como a titulação para fins de oferta de pós-graduação *lato sensu*.

O curso está dividido em quatro módulos, a saber:

- I. Formação Científica e Acadêmica
- II. Gestão de Finanças Públicas
- III. Governança e Controle no Setor Público
- IV. Auditoria Financeira Aplicada



Universidade de Brasília
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Módulos	Disciplina	Carga horária
Formação Científica e Acadêmica	Metodologia de Pesquisa	20h
	Métodos Quantitativos Aplicados	30h
	Total do Módulo	50h
Gestão de Finanças Públicas	Finanças Públicas	20h
	Gestão Orçamentária e Financeira	30h
	Contabilidade Pública	30h
	Análise de Demonstrações Financeiras	30h
	Total do Módulo	110h
Governança e Controle no Setor Público	Governança no Setor Público	20h
	Controle da Gestão Pública	20h
	Normas de Auditoria	30h
	Auditoria Baseada em Risco	30h
	Responsabilização no Processo de Contas	20h
	Fraudes e Investigação Contábil	20h
	Total do Módulo	140h
Auditoria Financeira Aplicada	Avaliação e Resposta a Riscos I	24h
	Avaliação e Resposta a Riscos II	24h
	Amostragem em Auditoria	24h
	Técnicas de Auditoria Asssistidas por Computador	24h
	Finanlização da Auditoria Financeira	24h
	Total do Módulo	120h
Total da Carga Horária		420h

I MÓDULO FORMAÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA

Metodologia de Pesquisa (20h)

Fundamentos da Metodologia Científica. Planejamento e Elaboração de Trabalho Científico. Aplicação de Métodos e Técnicas de Pesquisa. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.

Métodos Quantitativos Aplicados (30h)

Estatísticas descritivas. Probabilidade e Distribuições de Probabilidade. Inferência Estatística. Teste de Hipóteses. Análise de Regressão Simples e Múltipla. Problemas na Análise de Regressão. Métodos de Séries Temporais. Aplicações Econométricas.

II MÓDULO GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Finanças Públicas (20h)

As atribuições econômicas do Estado e o crescimento das despesas públicas. Bens públicos, semipúblicos e privados. Financiamento dos gastos públicos. Princípios teóricos da tributação. Política fiscal. Necessidades de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Federalismo fiscal.

Gestão Orçamentária e Financeira (30h)

Princípios Orçamentários. Instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA). Orçamento Programa. Ciclo Orçamentário. Receita Pública. Despesa Pública. Descentralização Orçamentária. Programação Financeira. Descentralização financeira (Cota, Repasse, Sub-repasse). Créditos Adicionais. Restos a Pagar. Dívida Ativa. Transferências Constitucionais. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contabilidade Públicas (30h)

Planejamento da ação governamental e fundamentos do orçamento público. Ambiente da contabilidade pública brasileira e processo de convergência aos padrões internacionais. Estrutura conceitual da contabilidade aplicada ao setor público. Patrimônio público. Escrituração contábil e plano de contas do setor público. Lançamentos contábeis e reflexos nas naturezas de informação contábil. Demonstrações contábeis do setor público. IPSAS. MCASP.

Análise de Demonstrações Financeiras (30h)

Conceitos. Objetivos da análise das demonstrações contábeis. Etapas da análise. Conceituação de índices. Composição e estrutura das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Demonstrações consolidadas. Análise vertical e horizontal. Índices de liquidez, endividamento e solvência e Análise de quocientes orçamentários e financeiros.



Fraudes e Investigação Contábil (20h)

Aspectos gerais da fraude. Fatores associados à fraude e aos esquemas de fraude. Investigação contábil e detecção de fraude. Prevenção e mitigação da fraude.

III MÓDULO GOVERNANÇA E CONTROLE NO SETOR PÚBLICO

Governança no setor público (20h)

Teoria da Agência na Governança Corporativa. Sistema de Freios e Contrapesos na Governança Pública. Governança organizacional segundo Tribunal de Contas da União. Instâncias decisórias de governança e gestão. Assimetria de informação. Gatekeepers. Linhas de defesa e estruturas de compliance. Evolução da regulação sobre governança e compliance: SOX e Decreto 9.203/2017. Papel do auditor externo e das opiniões de auditoria para usuários externos para mitigar a assimetria de informação e para garantir a responsabilidade pelo uso de recursos públicos.

Controle da Gestão Pública (20h)

Controle e accountability: conceitos, espécies e instituições. Função de auditoria e função jurisdicional. Contas de Governo: parecer prévio pelo Tribunal de Contas e julgamento pelo Congresso Nacional. Contas anuais: prestação, certificação e julgamento. Prestação e Tomada de Contas. Ciclo Orçamentário. Unidade Prestadora de Contas. Tipos de auditoria governamental. Comparativo internacional dos modelos de controle da gestão pública. Tendências e perspectivas.

Normas de Auditoria (30h)

Principais organismos emissores (standard-setters): Intosai, IFAC e IIA. Normas internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público: INTOSAI's Framework of Professional Standards (IFPS), ISA/IAASB/CFC, IIA International Professional Practices Framework (IPPF). Aplicação no Brasil. NBC TA, NBC TASP e NBASP. Outros trabalhos de asseguração: NBC TR e NBC TO. Procedimentos Previamente Acordados (PPA). Estrutura conceitual. Normas da série 200: objetivos gerais da auditoria financeira. Condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. Controle de qualidade no nível de trabalho. Documentação. Responsabilidade do auditor em relação a fraude. Consideração de leis e regulamentos. Comunicação com responsáveis pela governança e pelo controle interno. Normas da série 600: auditoria de grupos e uso do trabalho de especialistas e da auditoria interna.

Auditoria Baseada em Risco (30h)

Auditoria e asseguração. Natureza dos trabalhos de auditoria; estruturas conceituais para os trabalhos de asseguração; elementos das auditorias do setor público; accountability e risco da informação; expectativas dos usuários e níveis de asseguração; objeto, informação do objeto e objetivos de auditoria; e objetivos gerais do auditor em auditoria; Obtenção de segurança em auditoria - como o auditor obtém segurança em auditoria; respostas do auditor aos riscos avaliados; procedimentos e testes de auditoria; e evidência de auditoria.



Risco em Auditoria. Risco e avaliação de risco em auditoria - definição de risco e avaliação de risco; propósito da avaliação de risco em auditoria; e abordagem top-down de avaliação de riscos; Modelo de risco de auditoria - modelo do AICPA; utilização do modelo de risco de auditoria; e avaliação dos componentes do risco de auditoria.

Responsabilização no processo de contas (20h)

Competência dos Tribunais de Contas na Constituição Federal de 1988. Responsabilidade na Prestação de Contas do Presidente da República e demais chefes de Poder Executivo. Responsabilidade de administradores por órgãos e entidades governamentais em processos de contas anuais. Unidades Prestadoras de Contas significativas e processos de prestação de contas. Hipóteses de Tomada de Contas. Prestação de Contas Extraordinária. Rol de responsáveis. Certificação da confiabilidade de demonstrações financeiras e da conformidade da gestão orçamentária e financeira. Consequências da modificação de opinião de auditoria para a responsabilização de administradores. Hipóteses de julgamento pela irregularidade das contas. Sanções e repercussões do julgamento pela irregularidade. Punibilidade, culpabilidade, nexo de causalidade e conduta. Responsabilidade objetiva e subjetiva.

IV MÓDULO AUDITORIA FINANCEIRA APLICADA

Avaliação e Resposta a Riscos I (24h)

O processo de auditoria financeira integrada com conformidade. Entendimento da entidade e do seu ambiente, inclusive do controle interno. Afirmativas nas demonstrações contábeis. Ciclos contábeis e contas significativas. Materialidade em auditoria. Estratégia Global de Auditoria e termos do trabalho. Entendimento das contas contábeis - objeto no nível específico. Procedimentos analíticos como procedimentos de avaliação de risco.

Avaliação e Resposta a Riscos II (24h)

Identificação de riscos no nível das afirmações - Risco Inerente (RI). Avaliação de riscos - Risco Inerente (RI). Avaliação de riscos - Risco de Controle (RC) e de Distorção Relevante (RDR). Definição do escopo da auditoria e da natureza e época dos testes. Resposta do auditor aos riscos avaliados. Evidências de auditoria. Definição do escopo da auditoria e da natureza e época dos testes. Confirmações externas. Trabalhos iniciais. Procedimentos analíticos. Estimativas contábeis. Partes relacionadas.

Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador (24h)

Abordagens computacionais na auditoria. Conceitos e finalidades das TAAC e dos SGA. Vantagens das TAAC em relação aos procedimentos tradicionais de auditoria (com exemplo prático). Vantagens e desvantagens da utilização de TAAC. Conceituação de TAAC usuais: simulação paralela; dados de teste; abordagem de teste integrado (ITF – Integrated Test Facility); monitoração contínua e auditoria contínua. Principais funcionalidades, operações possíveis, vantagens e desvantagens dos SGA. Normas internacionais aplicáveis às TAAC (ISACA, 2008 – IS Auditing Guideline G3: Use of Computer-Assisted Audit Techniques (CAATs) e IFAC, 2003 – International Auditing

Practice Statement 1009 – Computer- Assisted Audit Techniques). Introdução à auditoria de dados: conceitos básicos. Representação de dados em bancos de dados. Modelo relacional de banco de dados. Passos de uma auditoria de dados. Procedimentos preparatórios para uma auditoria de dados. Precauções necessárias em uma auditoria com abordagem em dados. Processo da auditoria de dados: objetivos da auditoria de dados. Modelos de dados dos sistemas auditados. Planejamento da auditoria. Requisição de bases de dados e sua importação no ACL. Execução da auditoria. Procedimentos de identificação de irregularidades. Relatório da auditoria. Casos de estudo: obter entendimento dos sistemas do caso de estudo. Discutir questões de auditoria. Discutir os modelos de dados dos sistemas do caso de estudo. Identificar tabelas, elaborar e detalhar os procedimentos de auditoria. Criar projeto no ACL. Importar dados do caso de estudo. Executar os procedimentos de auditoria. Apresentar resultados dos cruzamentos.

Amostragem em auditoria (24h)

Utilidade da amostragem em auditoria. Relação do modelo de risco de auditoria com a técnica de amostragem. Conceitos básicos (população, amostra, elemento amostral, unidade amostral, estimação, parâmetro, estimador, estimativa, variáveis e categorias, erro estatístico e margem de erro, estágios de amostragem, estratificação, conglomerados). Tipos de amostragem. Métodos de amostragem não estatística, suas características e situações aplicáveis. Técnicas de coleta de dados. Delineamento amostral. Cálculo da dimensão da amostra (extensão de testes de auditoria para manter o risco de auditoria em um nível aceitavelmente baixo, conforme determinado no modelo de risco de auditoria). Seleção de elementos amostrais. Amostragem por Unidade Monetária e suas aplicações nos tipos de auditoria do Setor Público, envolvendo os conceitos de materialidade e distorção tolerável. Utilização de softwares para cálculos amostrais (Excel, ACL, SPSS). Apresentação dos resultados e métodos utilizados no relatório de auditoria.

Finalização da auditoria financeira (24h)

Formação de opinião. Modificação da opinião. Formato de relatório. Relatório e Certificado de Auditoria. Principais assuntos de auditoria. Comunicação com responsáveis pela governança. Representações formais da administração. Eventos subsequentes. Continuidade operacional. Opinião de auditoria de demonstrações financeiras consolidadas.

6. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso, é formado por Professores da Universidade de Brasília, do Tribunal de Contas da União, Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme quadro descritivo a seguir:



DOCENTE	INSTITUIÇÃO	TITULAÇÃO
Abimael de Jesus Barros Costa	UnB	Doutorado
Alex Laquis Resende	UnB	Doutorado
Antônio Alves Carvalho Neto	TCU	Especialização
Arnaldo Ribeiro Gomes	TCU	Especialização
Bruno Vinícius Ramos Fernandes	UnB	Doutorado
Danielle Montenegro Salamone Nunes	UnB	Doutorado
Diana Vaz Lima	UnB	Pós - Doutorado
Glauber de Castro Barbosa	STN	Mestrado
Heitor Silveira Freitas	TCU	Mestrado
José Alves Dantas	UnB/Bacen	Doutorado
José Marilson Martins Dantas	UnB	Doutorado
Lucas Oliveira Gomes Ferreira	UnB/TCU	Doutorado
Marcelo da Silva Sousa	TCU	Mestrado
Marcelo Driemeyer Wilbert	UnB	Doutorado
Paulo Roberto Barbosa Lustosa	UnB	Pós - Doutorado
Rodrigo de Souza Gonçalves	UnB	Doutorado
Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra	TCU	Mestrado

Esta proposta tem a validade de 45 dias.

Brasília, 30 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO VINÍCIUS RAMOS FERNANDES**
Data: 30/07/2025 20:57:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador Pedagógico
Gestor do Projeto - UnB
Matrícula: 1037251

PROPOSTA DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Proposta encaminhada à UnB, visando à realização de serviços de gestão administrativa e financeira para o Projeto “Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Auditoria Financeira - Turma 2025-2027”.

1. PERFIL DA PROPONENTE

A Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE) foi criada em 02 de junho de 1981 e está constituída com os seguintes órgãos: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. Possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estando inscrita no CNPJ sob o nº 00.799.205/0001-89, com sede na Avenida Esperança, nº 1533, Condomínio Parque Tecnológico Samambaia, Edifício FUNAPE, Goiânia - GO, CEP 74690-612. Seus principais objetivos estatutários são promover e apoiar as atividades de Pesquisa, Ensino, Extensão e o Desenvolvimento Institucional das apoiadas e do País.

No cumprimento de suas finalidades a Fundação promove a execução de programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão, conciliando-os com as políticas de desenvolvimento do governo federal, estadual e municipal, celebra convênios e contratos, conforme disposto na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 e Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Para o exercício das atividades de apoio, encontra-se registrada e credenciada nos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia como Fundação de Apoio à UnB, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e conforme disposto na Lei nº 10.973/2004.

2. OBJETO DA PROPOSTA

Esta proposta trata da realização de Serviços de Gestão Administrativa e Financeira ao projeto **“Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Auditoria Financeira - Turma 2025-2027”**.

3. JUSTIFICATIVA

A participação da FUNAPE na gestão administrativa e financeiras dos projetos executados pela UnB vem ao encontro das finalidades da Fundação no que concerne a promoção e apoio à pesquisa científica, tecnológica, filosófica e artística em todos os seus aspectos e fases, conforme preconizado no Art. 4º de seu Estatuto Social.

4. VALOR DA PROPOSTA

O desenvolvimento do projeto perfaz o valor total de **R\$ 843.750,00 (oitocentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais)**, distribuídos e aplicados conforme detalhado no Plano de Trabalho.

5. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

O ressarcimento das Despesas Administrativas e Operacionais de Caráter Indivisível (DAO) geradas com a disponibilização das capacidades necessárias à execução das atividades de gestão administrativa e financeira do projeto, são estabelecidos em metodologia própria regulamentada pela Resolução FUNAPE Nº 01/2024.

São necessárias para execução deste projeto a aplicação a título de Despesas Administrativas e Operacionais de caráter indivisível (DAO) decorrentes de serviços de gestão administrativa e financeira o valor de **R\$ 64.903,85** (sessenta e quatro mil novecentos e três reais e oitenta e cinco centavos).

6. PRAZO DE VALIDADE

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias contados a partir da presente data.

Goiânia, 01 de agosto de 2025.

Profa. Sandramara Matias Chaves
Diretora Executiva/FUNAPE

Anexo I - Demonstrativo de Despesas Administrativas e Operacionais

Detalhamento DAO			
Rubrica	Percentual	Valor	
Pessoal	22,72%	R\$	14.746,15
Encargos Sociais	8,91%	R\$	5.782,93
Benefícios Sociais	4,99%	R\$	3.238,70
Diárias	0,13%	R\$	84,38
Combustíveis e Lubrificantes	0,20%	R\$	129,81
Outras Despesas com Materiais de Consumo	1,31%	R\$	850,24
Despesas com Bolsas	0,08%	R\$	51,92
Serviços Autônomos	0,18%	R\$	116,83
Advocacia e Contabilidade e Auditoria	2,66%	R\$	1.726,44
Despesas com Softwares	2,80%	R\$	1.817,31
Locações	1,96%	R\$	1.272,12
Serviços Gráficos	0,13%	R\$	84,38
Telefonia e Internet	0,17%	R\$	110,34
Outras Despesas com Serviços PJ	20,08%	R\$	13.032,69
Provisões Judiciais	22,83%	R\$	14.817,55
Tributárias	0,02%	R\$	12,98
Parcelamentos Fiscais	0,00%	R\$	-
Despesas Financeiras	3,17%	R\$	2.057,45
Aquisição de Veículos	0,58%	R\$	376,44
Aquisição Bens Permanentes	3,65%	R\$	2.368,99
Benfeitorias em Imóveis	0,00%	R\$	-
Aquisição/Desen. Softwares	3,43%	R\$	2.226,20
TOTAL	100,00%	R\$	64.903,85

Proposta_UnB_Pos_SEAD_GO_Agosto.pdf

Documento número #5d4c8e49-9083-4e67-8dc8-9c454ae3b395

Hash do documento original (SHA256): 286a74281a11ae4bc1e288195119e5161e74922e6c21c58d9d16bab8db083ef0

Assinaturas



Sandramara Matias Chaves

CPF: 167.056.881-49

Assinou em 01 ago 2025 às 11:47:19

Log

- 01 ago 2025, 09:48:47 Operador com email fernandaop@funape.org.br na Conta 508f4656-6261-46a1-8844-0b2126c7f978 criou este documento número 5d4c8e49-9083-4e67-8dc8-9c454ae3b395. Data limite para assinatura do documento: 31 de agosto de 2025 (09:48). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 01 ago 2025, 09:49:01 Operador com email fernandaop@funape.org.br na Conta 508f4656-6261-46a1-8844-0b2126c7f978 adicionou à Lista de Assinatura: sandramara@funape.org.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sandramara Matias Chaves e CPF 167.056.881-49.
- 01 ago 2025, 11:47:19 Sandramara Matias Chaves assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail sandramara@funape.org.br. CPF informado: 167.056.881-49. IP: 200.137.204.14. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -16.6068224 e longitude -49.250304. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1269.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 01 ago 2025, 11:47:23 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 5d4c8e49-9083-4e67-8dc8-9c454ae3b395.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 5d4c8e49-9083-4e67-8dc8-9c454ae3b395, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.